



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Registro: 2011.0000334945

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0163222-63.2008.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes CIA MUTUAL DE SEGUROS e VIP VIAÇÃO ITAIM PAULISTA LTDA sendo apelado MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ARMANDO TOLEDO (Presidente sem voto), PAULO AYROSA E ANTONIO RIGOLIN.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

FRANCISCO CASCONI  
RELATOR  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0163222-63.2008.8.26.0100

31ª Câmara de Direito Privado

COMARCA : SÃO PAULO

APELANTES: CIA. MUTUAL DE SEGUROS; VIP - VIAÇÃO ITAIM  
PAULISTA LTDA.

APELADA : MARIA ZELIA DE OLIVEIRA SILVA

Juiz 1ª Inst. : Guilherme Santini Teodoro

VOTO Nº 21.364

COMPETÊNCIA RECURSAL – AÇÃO DE  
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS –  
ACIDENTE ENVOLVENDO COLETIVO  
PERTENCENTE À EMPRESA PRESTADORA DE  
SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE – CAUSA  
DE PEDIR FUNDADA NA RESPONSABILIDADE  
OBJETIVA, A TEOR DO DISPOSTO NO ART.  
37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL –  
PROVIMENTO Nº 63/2004 E DAS  
RESOLUÇÕES NºS 194/2004 E 281/2006 –  
REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UMA DAS  
CÂMARAS DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO -  
REMESSA DETERMINADA - RECURSO NÃO  
CONHECIDO.

A

A r. sentença de fls. 268/272, cujo relatório adoto, julgou procedente ação reparatória proposta por Maria Zelia de Oliveira Silva em face de VIP – Viação Itaim Paulista Ltda., condenada a ré a pagar à autora, a título de danos morais, o valor de R\$ 194.000,00, corrigido monetariamente a partir da sentença e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação, além de arcar com as verbas de sucumbência, e, em consequência, procedente a lide secundária, condenada a seguradora a reembolsar a requerida do valor a ser indenizado à requerente, observados os limites da apólice.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Inconformadas, tanto a empresa de transporte demandada, como a seguradora denunciada, apelam postulando a reforma do julgado.

Recursos processados e contrariados.

É a síntese do necessário.

O pedido de reparação é formulado com base na responsabilidade da requerida VIP – Viação Paulista Ltda., concessionária de serviço público de transporte coletivo, pelo óbito do cônjuge da autora, Walter Carlos da Silva, vítima de atropelamento ocorrido em 27.02.2008.

Pois bem, o presente recurso não comporta enfrentamento perante esta Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado, porquanto a causa de pedir da presente ação se fundamenta na responsabilidade objetiva de empresa prestadora de serviço público, a teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, conforme se verifica no seguinte trecho da exordial, *verbis*:

*"Inicialmente, é de se ressaltar que o acidente foi causado por um ônibus pertencente à VIP – VIAÇÃO ITAIM PAULISTA, ora ré, operadora de transporte coletivo mediante concessão do Poder Público, sendo, portanto, concessionária de serviço público, nos moldes do artigo 37, § 6º, da Constituição da República. Neste caso, a requerida responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, nos moldes da Teoria do Risco Administrativo, tendo em vista a combinação dos arts. 30, V e*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

37, § 6º, da Constituição Federal “(fls. 11).

Destarte, tendo em vista que nesta demanda se discute a responsabilidade objetiva de empresa prestadora de serviço público, tem-se que a matéria não está afeta a esta 31ª Câmara de Direito Privado.

Assim, com meridiana clareza, por força do Provimento nº 63/2004 e das Resoluções nºs 194/2004 e 281/2006 a matéria em discussão, compete a uma das 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público.

Confira-se, a propósito, o entendimento do C. Órgão Especial deste Tribunal sobre o tema:

*“Este Órgão Especial, em matéria de acidente de trânsito, tem distinguido as competências: quando se trata de responsabilidade do Estado, cabe à Seção de Direito Público o julgamento da causa; quando, porém, se trata de responsabilidade civil de particular, mesmo que a autora seja o Estado ou alguma das suas concessionárias, cabe à Seção de Direito Privado o julgamento do feito” (Dúvida de Competência, nº 0423108-47.2010.8.26.0000, Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. José Santana, j. 09.02.2011).*

*“Deve-se assinalar que a competência é definida pela petição inicial que, no caso, se traduz em uma ação de reparação de danos materiais e morais, pelo rito ordinário, em face do Município de São Paulo.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

*'In casu', incide expressamente o artigo 37, § 6º, da Constituição da República, que define a responsabilidade civil do Estado.*

*Destarte, a regra que incide no caso é a prevista no artigo 2º, inciso II, letra 'a', da Resolução 194/2004, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que atribuiu as 1ª a 13ª Câmaras da Seção de Direito Público questões desta natureza" (Dúvida de Competência, nº 0136982-41.2011.8.26.0000, Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Walter de Almeida Guilherme, j. 17.08.2011).*

*"Dúvida de competência - Ação de Reparação de danos materiais e morais impetrada contra sociedade de economia mista prestadora de serviço público - Responsabilidade constitucionalmente objetiva do Estado – Art. 37, § 6º, da Carta Magna expressamente citado na inicial - Competência recursal da Seção de Direito Público (1ª a 13ª Câmaras) - Inteligência do artigo 2º, II, 'a', da Resolução 194/04 - Dúvida procedente, com determinação" (Dúvida de Competência, nº 173.730-0/0-00, Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Walter de Almeida Guilherme, j. 01.04.2009).*

Em caso semelhante de ação envolvendo responsabilidade objetiva de empresa prestadora de serviço público de transporte coletivo por ônibus, este Tribunal decidiu:

*"APELAÇÃO. COMPETÊNCIA RECURSAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CF. ATROPELAMENTO OCORRIDO POR EMPRESA DE*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*ÔNIBUS CONSORCIADA. O DEVER DE REPARAR O EVENTO DANOSO FOI IMPUTADO AO CONSÓRCIO QUE TEM A INCUMBÊNCIA DE GERIR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REGULARES DE OPERAÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS. COMPETÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO. PROVIMENTO Nº 63/2004 E RESOLUÇÕES NºS 194/2004 E 281/2006. REDISTRIBUIÇÃO. A matéria discutida nestes autos diz respeito à responsabilização civil objetiva e danos causados por preposto de empresa de ônibus consorciada e integrante da Administração Pública. Resta nítido, portanto, que referida questão não está enquadrada no âmbito da competência desta Seção de Direito Privado. Dessa maneira, compete a uma das Câmaras da Seção de Direito Público o julgamento do recurso, nos termos do Provimento nº 63/2004, e das Resoluções nºs 194/2004 e 281/2006" (Apelação nº 9109754-11.2006.8.26.0000, rel. Des. Adilson de Araujo, 31ª Câmara de Direito Privado, j. em 26.07.2011).*

Portanto, não conheço do recurso e determino a remessa dos autos a uma das Câmaras já declinadas, com competência recursal preferencial para conhecer e enfrentar a apelação.

FRANCISCO CASCONI  
Relator